

# Poder de barganha e oferta de trabalho dos casais heterossexuais e homossexuais no Brasil

**Bargaining power and job supply of heterosexual and homosexual couples in Brazil**

**Poder de negociación y oferta de trabajo de las parejas heterosexuales y homosexuales en Brasil**

**Lais de Sousa  
Abreu SOARES**

[laiis.abreu@gmail.com](mailto:laiis.abreu@gmail.com)

Doutoranda em Economia Aplicada no Departamento de Economia Rural (DER) da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

**Evandro Camagos  
TEIXEIRA**

[evandro.teixeira@ufv.br](mailto:evandro.teixeira@ufv.br)

Professor Associado III no Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

**Salime Nadur  
Duarte FERREIRA**

[salimenadur2@gmail.com](mailto:salimenadur2@gmail.com)

Mestre em Economia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV)

153

O presente estudo tem como objetivo investigar a dinâmica da tomada de decisão em relação a alocação de horas ofertadas no mercado de trabalho formal de casais heterossexuais e homossexuais brasileiros. Para tal, foram utilizados dados relativos à quinta visita da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para o período 2016-2019, sendo estimados modelos de Regressões Aparentemente Não Relacionadas. O principal resultado atesta a existência de barganha entre os cônjuges na alocação das horas destinadas ao trabalho formal, com diferenças notáveis entre casais heterossexuais e homossexuais. Para os casais heterossexuais, verifica-se maior poder de barganha dos maridos sobre as esposas, dadas as diferentes atribuições previamente impostas em termos de gênero. Por sua vez, para os casais homossexuais, o poder de barganha é menor, dada a existência de maiores similaridades nas atribuições entre os indivíduos que compõem os casais.

**Palavras-Chave:** Oferta de trabalho; Modelo de racionalidade coletiva; Casais heterossexuais e homossexuais; SUR; Brasil.

The present study aims to investigate the decision-making dynamics regarding the allocation of hours offered in the formal labor market for Brazilian heterosexual and homosexual couples. For this purpose, data from the fifth visit of the Continuous National Household Sample Survey (PNADC) for the period 2016-2019 were used, and Seemingly Unrelated Regressions models were estimated. The main result confirms the existence of bargaining between spouses in the allocation of hours dedicated to formal work, with notable differences between heterosexual and homosexual couples. For heterosexual couples, husbands are found to have greater bargaining power over their wives, given the preexisting gender-based role assignments. In contrast, for homosexual couples, bargaining power is lower due to the greater similarities in role assignments between individuals within the couple.

**Keywords:** *Labor supply; Collective rationality model; Heterosexual and homosexual couples; SUR; Brazil.*

El presente estudio tiene como objetivo investigar la dinámica del proceso de toma de decisiones en relación con la asignación de horas ofrecidas en el mercado laboral formal de las parejas heterosexuales y homosexuales en Brasil. Para ello, se utilizaron datos correspondientes a la quinta visita de la Encuesta Nacional por Muestra de Hogares Continua (PNADC) para el período 2016-2019, estimándose modelos de Regresiones Aparente No Relacionadas (SUR). El principal resultado confirma la existencia de negociación entre los cónyuges en la asignación de las horas destinadas al trabajo formal, con diferencias notables entre las parejas heterosexuales y homosexuales. En el caso de las parejas heterosexuales, se observa un mayor poder de negociación de los maridos sobre las esposas, dado el peso de los roles de género tradicionalmente asignados. Por su parte, en las parejas homosexuales, el poder de negociación es menor debido a la existencia de mayores similitudes en los roles asumidos por los miembros de la pareja.

154

**Palabras clave:** *Oferta laboral; Modelo de racionalidad colectiva; Parejas heterosexuales y homosexuales; SUR; Brasil.*

## 1. Introdução

No Brasil, em 2018, foram registrados 1.043.947 casamentos entre heterossexuais. Concomitantemente, tem ocorrido aumento substancial no número de casamentos entre homossexuais no país, que passou de 5887 registrados, em 2017, para quase 10 mil registrados em 2018. Dessa forma, verifica-se mudança na dinâmica dos casamentos entre casais com distintas orientações sexuais no

Brasil, destacando-se a elevação na quantidade de casamentos de indivíduos homossexuais (IBGE, 2018).

Nesse sentido, conforme o Art. 226 da Constituição Federal de 1988, a identificação de entidade familiar consiste na união estável entre homem e mulher. Contudo, o reconhecimento de união civil entre indivíduos do mesmo sexo foi adotado pelo Supremo Tribunal Federal em 2011, conferindo a eles os

direitos matrimoniais similares àqueles existentes aos casais de sexo distinto. Ademais, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução 175/2013, proibiu os cartórios de recusarem a celebração de casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

No entanto, muitas famílias compostas por casais homossexuais ainda se encontram à margem do conceito “familiar” empregado pela sociedade, evidenciando a indispensabilidade da ampliação desta concepção para além da tradição heteronormativa<sup>1</sup> (Cecílio; Scorsolini-Comin; Santos, 2013). Após a primeira década do século XXI, padrões sociais previamente impostos estão sendo cada vez mais refutados, tornando ultrapassados determinados hábitos e crenças discriminatórias na sociedade, como aqueles que fazem referência à composição familiar e à forma de divisão do trabalho entre cônjuges. Nesse sentido, conforme Barbosa et al. (2020), verifica-se progresso em termos da inclusão da população LGBTQIAPN+<sup>2</sup> nas pesquisas sociais nos últimos anos, inclusive no âmbito da teoria econômica.

Nesse sentido, com o intuito de maximizar o bem-estar familiar, casais heterossexuais e homossexuais (gays e lésbicas) se deparam cotidianamente com tomadas de decisões em seus domicílios. Para Manser e Brown (1980), a própria decisão a respeito do

casamento pode ser explicada através de uma comparação entre a utilidade obtida em viver conjuntamente e a utilidade de se viver sozinho. Destaca-se a vivência intrafamiliar, sendo composta pela conciliação dos interesses próprios junto a beneficiação coletiva do casal. Essa organização das preferências individuais no contexto familiar é diretamente associada a existência de um poder de barganha entre os cônjuges, onde os indivíduos que compõem os casais expõem suas preferências, assegurando que seu parceiro não seja prejudicado (Browning; Chiappori, 1998).

No ambiente familiar, decisões são tomadas em conjunto e podem impactar a capacidade produtiva, com destaque para a oferta de trabalho. A maior parte dos estudos utiliza dados relativos à oferta de trabalho de cada membro individualmente. Contudo, quando a análise é referente ao consumo dessas famílias, são utilizados dados agregados (do casal), evidenciando, assim, a necessidade de se utilizar métodos que considerem o comportamento coletivo (Chiappori, 1988).

Dessa forma, para a análise do comportamento dos indivíduos, deve-se levar em consideração as negociações e tomadas de decisões intradomiciliares, que impactam de forma significativa o nível de utilidade de cada membro. Considerando-se as preferências dos

<sup>1</sup> Heteronormatividade é um termo utilizado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterosexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas.

<sup>2</sup> A sigla do Movimento LGBTQIAPN+ brasileiro representa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não Binários e outras orientações/identidades sexuais.

indivíduos que compõem as famílias homossexuais e heterossexuais, um fator de extrema importância é o orçamento familiar. Analisando-se as diferenças em termos de nível de renda dos cônjuges, evidencia-se a existência de um poder de barganha entre eles, que é um fator crucial para explicar mudanças na alocação de tempo, consumo e ocupação.

Nos últimos anos, alguns autores se propuseram a analisar o comportamento dos casais mediante a alocação de horas destinadas ao mercado de trabalho para o modelo de racionalidade coletiva no Brasil, tanto para casais heterossexuais (Melo, 2007; Silva; Cunha, 2017) como para casais homossexuais (Gruppi, 2018), além dos que consideraram ambos os arranjos familiares (Martell; Roncolato, 2016).

Observando-se a literatura concernente ao tema é possível verificar a existência de lacunas no que diz respeito às características dos cônjuges que são utilizadas como poder de barganha e como essas afetam diretamente o processo de decisão em termos de oferta de trabalho ao se considerar casais heterossexuais e homossexuais. Baseando-se nas pesquisas já realizadas, o presente estudo tem como objetivo analisar, com base nas características individuais e na promoção do bem-estar coletivo, a dinâmica da tomada de decisão em relação às horas ofertadas no mercado de trabalho formal dos indivíduos que compõem os referidos casais. Salienta-se que são utilizados dados empilhados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) referentes ao período 2016-2019, que é um diferencial do trabalho.

Ademais, espera-se que a partir dos resultados obtidos, o estudo possa auxiliar a promoção de políticas públicas voltadas a atenuação das disparidades socioeconômicas, visando a incorporação de indivíduos de todos os gêneros e orientações sexuais no mercado de trabalho formal, o que garantiria plena utilização de suas capacidades produtivas e consequente quebra de paradigmas culturais que ainda prevalecem na sociedade. Para sua consecução, além dessa seção introdutória, o trabalho está dividido em mais cinco seções. Na próxima seção, apresenta-se o referencial teórico utilizado, seguido das evidências empíricas relacionadas ao tema, metodologia, resultados e considerações finais.

## **2. Referencial teórico**

Diante do objetivo de estimar a alocação de horas destinadas ao mercado de trabalho, encontra-se na teoria econômica modelos capazes de representar o contexto familiar. A princípio, a teoria neoclássica do consumidor adotou o modelo unitário como ponto de partida para representar as escolhas das famílias, vide Becker (1981), que considerou as preferências dos casais de forma única para todos os membros da família.

No entanto, essa abordagem torna-se incompleta por não considerar o processo de decisão intradomiciliar. Nesse contexto, surgem os modelos coletivos, em que as funções de utilidade dos membros de uma família são convertidas em um único equilíbrio,

capaz de resultar em uma situação Pareto-eficiente<sup>3</sup>, dadas as decisões intradomiciliares.

O modelo baseado na racionalidade coletiva dos indivíduos surgiu por meio dos estudos realizados por Chiappori (1988), que propôs uma abordagem alternativa aos ideais neoclássicos. Em seu modelo, considera-se a família composta por dois indivíduos (chefe do domicílio e seu cônjuge), de modo que ambos ofertam mão de obra. De maneira geral, este modelo apresenta apenas duas alternativas para alocação de tempo dos indivíduos, podendo ser destinado ao mercado de trabalho ou para o lazer (Vermeulen, 2002).

Para tanto, ressalta-se a existência de dois tipos de agentes: egoístas, que estão preocupados apenas com o próprio lazer e consumo; e os altruístas, que têm sua utilidade positivamente afetada a partir de incrementos na utilidade do cônjuge (Chiappori, 1988). Essa imposição faz-se necessária, uma vez que se pretende analisar também as preferências individuais de consumo dos indivíduos, sendo a solução dos problemas de otimização de utilidade das escolhas intradomiciliares de cada cônjuge.

Com o intuito de aprimorar seus estudos, Chiappori et al. (2002) desenvolveram um modelo capaz de testar a suposição de existência do equilíbrio de barganha diante das escolhas dos membros da família. Primordialmente, as preferências

obtidas com a tomada de decisão caracterizam uma função de satisfação familiar proveniente da soma ponderada dos interesses individuais, sendo esta denominada de poder de barganha.

Em outras palavras, a barganha fornece um mecanismo em que as diferenças existentes nas funções de utilidade dos membros do domicílio sejam conciliadas, permitindo que os problemas alocativos e distributivos sejam resolvidos. Nesse contexto, a estrutura do modelo de racionalidade coletiva é resultado de um equilíbrio no processo de maximização da utilidade de cada indivíduo, respeitando a restrição orçamentária agregada da família.

Ressalta-se nesse modelo a adoção de fatores distributivos, que são definidos por Browning e Chiappori (1998) como variáveis capazes de alterar o processo decisório intrafamiliar. Mais precisamente, são aquelas que não influenciam as preferências individuais e a restrição do orçamento familiar, estando relacionadas a mudanças no poder de barganha dos indivíduos. Assim, considerando-se a necessidade de informações a respeito das decisões individuais, além das preferências no processo decisório intradomiciliar, utiliza-se como base do presente estudo o modelo restrito proposto por Chiappori (1988), levando em consideração que os agentes possuem atitudes egoísticas.

<sup>3</sup> O Pareto-eficiente representa o equilíbrio mediante decisões individuais, tornando impossível aumento do nível de bem-estar de um indivíduo sem que ocorra redução no bem-estar do outro (Botelho, 2016).

Nesse modelo, são estabelecidas duas etapas necessárias para a definição da oferta de mão de obra. Inicialmente, toda renda que a família possui e que não seja derivada do trabalho principal, deve ser repartida entre todos os membros, sendo que essa divisão atenderá a uma regra denominada *sharing rule* ( $\phi$ ) ou "regra de compartilhamento". Esta descreve como a renda não laboral é dividida entre os membros da família, em função dos salários, da renda não laboral, dos fatores de distribuição, além de outras características observáveis dos indivíduos (Chiappori *et al.*, 2002).

A posteriori, com base na renda obtida, os indivíduos realizam sua tomada de decisão entre alocar o tempo para a oferta de trabalho ou para lazer, de forma a maximizar suas preferências individuais. Nesse contexto, a decisão a respeito da oferta de mão de obra do cônjuge 1 é impactada mediante alterações no salário, na renda não laboral e/ou em algum fator distributivo do cônjuge 2, devido ao efeito causado na "regra de compartilhamento".

Em vista disso, mediante a exposição do modelo teórico de Chiappori *et al.* (2002), sintetiza-se a forma funcional das funções individuais de oferta de trabalho com dois fatores de distribuição da seguinte forma:

$$h^1 = \beta_0 + \beta_1 \ln w_1 + \beta_2 \ln w_2 + \beta_3 y + \\ \beta_4 \ln w_1 \ln w_2 + \beta_5 s_1 + \beta_6 s_2 + \beta_7 z \quad (1)$$

$$h^2 = \alpha_0 + \alpha_1 \ln w_1 + \alpha_2 \ln w_2 + \alpha_3 y + \\ \alpha_4 \ln w_1 \ln w_2 + \alpha_5 s_1 + \alpha_6 s_2 + \alpha_7 z \quad (2)$$

Sendo  $h^1$  as horas de trabalho ofertadas pelo chefe do domicílio;  $h^2$  as horas de trabalho ofertadas pelo cônjuge;  $\ln w_1$  o

logaritmo natural do rendimento do chefe do domicílio,  $\ln w_2$  o logaritmo natural do rendimento do cônjuge,  $y$  a renda não laboral;  $s_1$  e  $s_2$  os fatores distributivos; e  $z$  o vetor de variáveis de controle.

À vista disso, para que seja estimada a oferta de mão de obra dos cônjuges são estimadas regressões a partir das equações (1) e (2), propostas pelo modelo de racionalidade coletiva com fatores distributivos de Chiappori *et al.* (2002). A partir dessas estimativas, pretende-se alcançar o objetivo central proposto no presente estudo, que se refere a análise e comparação da tomada de decisão intrafamiliar no que tange a alocação de horas destinadas ao mercado de trabalho, levando-se em consideração o poder de barganha existente entre casais heterossexuais e homossexuais brasileiros.

### 3. Evidências empíricas

Inicialmente, destaca-se que a literatura que trata da oferta de trabalho dos casais homossexuais, a partir de modelos coletivos, é mais restrita. Nesse sentido, destaca-se o trabalho de Orefice (2011), que foi o primeiro com tal objetivo. Utilizando dados do Censo de 2000 dos Estados Unidos, a autora observou que diferenças em termos de idade entre os cônjuges e diferencial com relação à renda não trabalhista eram os principais fatores capazes de influenciar a tomada de decisão intrafamiliar, determinando qual dos cônjuges aloca mais ou menos horas ao mercado de trabalho.

Ainda com base em dados dos Estados Unidos, Hansen *et al.* (2019) analisaram como a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo no país impactou a oferta de trabalho dos casais

homoafetivos. Em seus resultados, verificou-se redução de 6% na oferta de trabalho anual de mulheres lésbicas, que realocam esse tempo dedicado ao trabalho sobretudo para cuidar do lar. Para os homens gays, não houve alterações.

Para o caso brasileiro, Gruppi (2018) utilizou o modelo de racionalidade coletiva para exprimir os fatores que impactam na tomada de decisão intradomiciliar. Levando-se em consideração o poder de barganha dos casais homoafetivos, dentre os distintos cenários analisados, os resultados indicaram que o melhor equilíbrio da alocação de tempo destinado ao mercado de trabalho foi representado por casais em que ambos os cônjuges estavam trabalhando e não possuíam filhos.

No que tange aos casais heterossexuais, apesar de constatarem considerável aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, Silva e Cunha (2017) verificaram que este cenário muda quando os casais possuem filhos menores de 14 anos. Nesse caso, os autores concluíram que houve redução na oferta de trabalho das esposas e aumento na oferta dos maridos, enfatizando a visão arcaica de que cabe ao homem assegurar o sustento do domicílio enquanto a mulher se encarrega de trabalhos domésticos e cuidados com os filhos.

Nesse sentido, Maciel (2008) apontou que a participação de famílias em programas sociais de transferência de renda contribui para a redução de horas destinadas ao mercado de trabalho, principalmente para as mulheres, levando

em consideração aspectos culturais como possíveis determinantes para a sobrecarga desta dedicação doméstica feminina. Por sua vez, Melo (2007) levantou informações a respeito das diferentes características dos maridos e das esposas. Os resultados constataram que aspectos como idade e nível de escolaridade dos cônjuges são de grande relevância para denotar sua participação no mercado de trabalho.

Ainda considerando características dos cônjuges capazes de afetar as decisões intradomiciliares, Coile (2004) observou que alterações no estado de saúde dos maridos ou das esposas pode resultar em perda significativa da renda familiar, uma vez que eles tendem a ofertar menos horas de trabalho. Contudo, a autora destaca que o chamado “efeito adicional do trabalhador” pode proteger a família de tais impactos, uma vez que os cônjuges negociam entre si e realocam as horas destinadas ao trabalho de tal forma que a redução da oferta de mão de obra do chefe do domicílio implica em aumento por parte do cônjuge.

Similarmente, o estudo de Fernandes e Scorzafave (2009) utilizou a teoria da racionalidade coletiva para investigar este processo decisório. Os autores puderam constatar que a discrepância de um ano de idade do casal acarretou a redução de oferta de trabalho das esposas e aumento na oferta por parte dos maridos, enquanto para a *sex-ratio*<sup>4</sup> verificou-se novamente acréscimo de horas trabalhadas pelo marido.

<sup>4</sup> Definida como a razão entre o total de homens com as mesmas características do marido e o total correspondente de homens e mulheres de uma determinada região (Fernandes; Scorzafave, 2009).

Além dos referidos trabalhos, alguns autores dedicaram-se a analisar e comparar resultados de famílias homoafetivas e heterossexuais, como no caso do trabalho de Martell e Roncolato (2016). Os autores investigaram a alocação do tempo de gays e lésbicas, que homens gays que possuem filhos dedicam aproximadamente uma hora e meia a mais por dia no trabalho doméstico quando comparados aos homens heterossexuais casados.

Para muitos estudiosos, essa relação é explicada por uma “ética igualitária” existente nos casais de mesmo sexo, que muitas vezes não ocorre entre os casais heterossexuais, que são regidos por hierarquias entre os cônjuges.

## 4. Metodologia

### 4.1 Dados

Para consecução do trabalho, foram utilizados microdados longitudinais extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNADC disponibiliza informações a respeito do mercado de trabalho, além de características socioeconômicas, educacionais e demográficas dos indivíduos. De acordo com Gonçalves e Menezes Filho (2015), a pesquisa consiste em um painel no qual os indivíduos do mesmo domicílio são entrevistados até cinco vezes. Por sua vez, a disponibilização dos dados ocorre de forma mensal, trimestral e anual.

Importante destacar que a PNADC também disponibiliza informações acerca de temas específicos em suas diferentes

visitas domiciliares, sendo a primeira e a quinta as mais completas. Dessa forma, no caso do presente estudo, são utilizados dados relativos à quinta visita empilhados para o período 2016-2019, que compreende informações relativas a “Rendimentos de outras fontes”. Ressalta-se que todas as variáveis relativas aos rendimentos foram deflacionadas de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2019.

Adicionalmente, para o período considerado, a pesquisa disponibilizou informações referentes ao cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo de forma autodeclarada. Nesse sentido, as pessoas são classificadas como homossexuais quando coabitam com indivíduos do mesmo sexo e formam uma família. De acordo com Mize (2016), a limitação desse método de análise é que a amostra não é aleatória e nem representativa da população homossexual, pois não são considerados indivíduos solteiros, o que pode causar vieses. Logo, na amostra considerada, não são identificados todos os indivíduos que têm orientação sexual homossexual, mas apenas aqueles que coabitam com seus/suas parceiros(as).

Além disso, com o intuito de assegurar as proposições do modelo de racionalidade coletiva desenvolvido por Chiappori *et al.* (2002), foram considerados os indivíduos que ofertam horas de trabalho somente no mercado formal (que possuem carteira de trabalho assinada e/ou são contribuintes da previdência<sup>5</sup>) e que possuem idade entre 15 e 65 anos.

<sup>5</sup> Critério similar ao adotado por Wroblevski e Cunha (2021).

Contudo, ainda que o modelo teórico utilize apenas indivíduos que estejam ofertando horas de trabalho, o presente estudo levou em consideração também aqueles que não ofertam horas de trabalho, mas que vivem com um cônjuge que esteja trabalhando formalmente. Tal imposição é importante, uma vez que este segmento é fundamental na análise do poder de barganha entre os casais e suas respectivas tomadas de decisões. Por fim, destaca-se que foi considerada a complexidade da amostra, por meio da inserção dos pesos amostrais nas estimações econométricas realizadas.

## 4.2 Estratégia econométrica

Para a realização da estimativa econométrica, como já salientados, foram utilizados dados empilhados correspondentes ao período de 2016 a 2019. Este empilhamento em forma de painel possui algumas vantagens, tais como discriminação de diferenças individuais e temporais, sendo possível identificar efeitos que não seriam detectados isoladamente se utilizados dados em corte transversal ou séries temporais, como por exemplo a presença de maior número de graus de liberdade, implicando em uma amostra superior tratando-se de observações individuais (Wooldridge, 2001).

Ademais, as equações (1) e (2), que representam o modelo coletivo de oferta de trabalho de casais heterossexuais e homossexuais, foram estimadas utilizando o modelo de Regressões Aparentemente Não Relacionadas (SUR). O referido modelo possibilita a estimativa simultânea das equações supracitadas e assegura que cada uma delas tenha uma forma funcional única.

Ademais, outra vantagem desse método está relacionada à correlação contemporânea entre os erros, isto é, os erros das equações de cada indivíduo são correlacionados, tornando o sistema de equações propriamente relacionado, aumentando, assim, a precisão da estimativa de seus parâmetros. Desse modo, o modelo SUR infere que o intercepto e os parâmetros são distintos entre os indivíduos e constantes no tempo, partindo do princípio de que a variância do erro seja constante e varia de uma equação para outra.

Conforme apresentado por Duarte et al. (2007), as variáveis explicativas das equações a serem estimadas são idênticas, contudo, ainda que todas as informações que explicam a variável dependente não estejam presentes no modelo, elas são captadas pelo erro de cada um dos indivíduos e, assim, caracteriza-se a correlação entre o erro de um com o outro.

Em síntese, levando-se em consideração as equações (1) e (2), referentes ao modelo coletivo de oferta de trabalho, torna-se possível a estimativa das equações para cada um dos cônjuges que formam os casais heterossexuais e homossexuais por meio do modelo de Regressões Aparentemente Não Relacionadas (SUR):

$$\begin{aligned}
 h_{\text{chefe}} = & \beta_{01} + \beta_{21} \log W_1 + \beta_{31} \log W_2 + \\
 & \beta_{41} \log Y + \beta_{51} \text{Escol}_{\text{diff}} + \beta_{61} \text{Idade}_{\text{diff}} + \beta_{71} \text{Raça} + \\
 & \beta_{81} \text{Filhos} + \beta_{91} \text{Nordeste} + \beta_{101} \text{Norte} + \beta_{111} \text{Sul} + \\
 & \beta_{121} \text{CentroOeste} + \varepsilon_{131} \quad (3)
 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned}
 h_{conjuge} = & \beta_{02} + \beta_{22} \log W_1 + \beta_{32} \log W_2 + \\
 & \beta_{42} \log Y + \beta_{52} Escol_{diff} + \beta_{62} Idade_{diff} + \beta_{72} Raça + \\
 & \beta_{82} Filhos + \beta_{92} Nordeste + \beta_{102} Norte + \beta_{112} Sul + \\
 & \beta_{122} CentroOeste + \varepsilon_{132} \quad (4)
 \end{aligned}$$

As variáveis dependentes representam o total de horas ofertadas no mercado de trabalho formal, sendo que  $h_{chefe}$  consiste no total de horas trabalhadas do chefe de domicílio para os casais heterossexuais e homossexuais, enquanto  $h_{conjuge}$  corresponde ao total de horas trabalhadas do(a) respectivo(a) cônjuge. Já as variáveis  $W_1$  e  $W_2$  representam os rendimentos do chefe do domicílio e do cônjuge, respectivamente;  $Y$  simboliza o total de renda proveniente do não trabalho, isto é, o rendimento obtido através de outras fontes. Para maior adequação do modelo, optou-se por utilizar o logaritmo em todas as variáveis relacionadas à renda;  $Escol_{diff}$  representa o fator distributivo que relaciona o diferencial de anos de estudo existente entre os cônjuges;  $Idade_{diff}$  representa o segundo fator distributivo acerca do diferencial de idade dos cônjuges; além das variáveis de controle  $Filhos$ , que configura a presença de filhos menores de 14 anos no domicílio;  $Raça$  que corresponde a uma variável binária que assume valor igual a 1 para indivíduos brancos e amarelos e 0 para pretos, pardos e indígenas; e para as regiões foram utilizadas *dummies* que indicam as regiões de residências dos indivíduos, a saber Nordeste, Norte, Sul e Centro-Oeste, com Sudeste sendo a base na estimação.

O critério de seleção das variáveis teve como base da teoria da racionalidade coletiva com fatores

distributivos de Chiappori *et al.* (2002), além da literatura relativa ao tema, vide Silva e Cunha (2017), Fernandes e Scorzafave (2009), Gruppi (2018) e Maciel (2008). Além disso, a Tabela 1 apresenta a descrição das variáveis inseridas na estimativa econométrica, assim como seus sinais esperados.

## 5. Resultados

### 5.1 Análise descritiva

A base de dados considerada na análise é composta apenas por casais que residem no mesmo domicílio, formando assim as famílias heterossexuais e homossexuais. Especificamente, a relação intradomiciliar é constituída pelo(a) chefe de domicílio e seu(sua) respectivo(a) cônjuge, sendo estes do mesmo sexo ou de sexos distintos. Dessa forma, após as restrições impostas, constatou-se que a amostra considerada a partir das quintas visitas dos anos de 2016 a 2019 da PNADC é composta por 638.162 indivíduos, nos quais 635.946 (99,65% do total) compõem as famílias heterossexuais e 2.216 (0,35%) as famílias homossexuais. A Tabela 2 apresenta detalhadamente as principais características das famílias que compõem a amostra.

Analisando-se os dados referentes à oferta de trabalho e remuneração das famílias, nota-se que tanto os chefes de domicílios quanto os cônjuges das famílias homossexuais dispõem de mais horas dedicadas ao mercado de trabalho, na média. Esse resultado também foi verificado no trabalho de

*Tabela 1.* Descrição das variáveis a serem utilizadas no modelo econométrico.

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	SINAL ESPERADO
$h_{\text{chefe}}$	Total de horas trabalhadas pelo chefe do domicílio na semana de referência no trabalho principal.	Variáveis dependentes
$h_{\text{conjuge}}$	Total de horas trabalhadas pelo cônjuge na semana de referência no trabalho principal.	
$\log W_1$	Logaritmo do rendimento mensal habitual do trabalho principal do chefe de domicílio.	Segundo Maciel (2008), o sinal esperado das variáveis de rendimento de um cônjuge em relação ao outro é negativa, ao passo que se o sinal de $W_1$ for negativo, $W_2$ será positivo, e vice-versa.
$\log W_2$	Logaritmo do rendimento mensal habitual do trabalho principal do cônjuge.	
$\log Y$	Logaritmo do total de renda obtida de outras fontes, como de pensões, assistências etc.	Para Fernandes e Scorzafave (2009), a relação da renda do trabalho não laboral com as horas ofertadas é inversa, sendo o sinal estimado negativo.
$Escol_{\text{diff}}$	Diferença entre os anos de estudo do chefe do domicílio e os anos de seu respectivo cônjuge.	No estudo de Maciel (2008), o sinal estimado foi negativo para cônjuge do sexo masculino e sinal positivo para cônjuge do sexo feminino.
$Idade_{\text{diff}}$	Diferença entre a idade do chefe do domicílio e a idade de seu respectivo cônjuge.	Nos trabalhos de Fernandes e Scorzafave (2009) e Gruppi (2018), encontrou-se resultado positivo para a diferença de idade para os homens e sinal negativo para as mulheres.
Filhos	Presença de filhos com idade inferior a 14 anos morando no mesmo domicílio.	Segundo Silva e Cunha (2017), a presença de filhos impacta negativamente nas horas ofertadas de cônjuges do sexo feminino e positivamente nas horas ofertadas de cônjuges do sexo masculino. Para Martell e Roncolato (2016), ter filhos impacta negativamente a oferta de horas, independente do sexo.
Raça	Variável dummy, representando 1 para brancos e amarelos, e 0 para pretos, pardos e indígenas.	Conforme Gruppi (2018), para os indivíduos brancos, a relação com as horas de trabalho ofertada é positiva.
Nordeste	Variável dummy, sendo 1 caso o domicílio esteja situado na região Nordeste, e 0 caso contrário.	
Norte	Variável dummy, sendo 1 caso o domicílio esteja situado na região Norte, e 0 caso contrário.	De acordo com Gruppi (2018), para domicílios das regiões Norte e Nordeste, são esperados sinais negativos, enquanto para as demais regiões a relação é positiva.
Sul	Variável dummy, sendo 1 caso o domicílio esteja situado na região Sul, e 0 caso contrário.	
Centro-Oeste	Variável dummy, sendo 1 caso o domicílio esteja situado na região Centro-Oeste, e 0 caso contrário.	

**Fonte:** Elaboração própria

*Tabela 2.* Média da oferta de trabalho dos casais homossexuais e heterossexuais

MÉDIAS	FAMÍLIAS HETEROSSEXUAIS		FAMÍLIAS HOMOSSEXUAIS	
	OBSERVAÇÕES	PORCENTAGEM	OBSERVAÇÕES	PORCENTAGEM
AMOSTRA	635.946	99,65%	2.216	0,35%
Média de horas ofertadas do chefe de domicílio	61 horas/semana		65 horas/semana	
Média de horas ofertadas do cônjuge	55 horas/semana		65 horas/semana	
Rendimento mensal médio recebido pelo chefe de domicílio	R\$ 788,98		R\$ 701,98	
Rendimento mensal médio recebido pelo cônjuge	R\$ 589,27		R\$ 733,50	

*Fonte:* Elaboração própria

Jacinto *et al.* (2017), assim como em Oliveira, Monteiro e Irffi (2019). Em outra perspectiva, Oliveira, Monteiro e Irffi (2019) apontam que indivíduos homossexuais dedicam mais tempo à formação educacional e especialização, uma vez que, no geral, seus rendimentos salariais não são compatíveis com seus níveis de escolaridade. Desse modo, eles procuram elevar seus níveis educacionais para mitigar tal discrepância de cunho discriminatório.

No que tange a remuneração mensal, evidencia-se a baixa média apontada para cônjuges de famílias heterossexuais, sendo que cerca de 73% dos indivíduos que se autodeclararam como cônjuge são mulheres. De acordo com Fetro (2018), ainda é possível observar que as mulheres se dedicam

mais ao trabalho doméstico, ao passo que os homens se encarregam de ofícios voltados ao mercado de trabalho formal. À vista disso, Madalozzo, Martins e Shiratori (2010) constataram que constantemente as mulheres são designadas à dupla jornada, considerando o trabalho exercido em atividades domésticas em conjunto com as atividades voltadas ao mercado de trabalho, corroborando assim com a pressuposição do baixo rendimento salarial dos cônjuges estar diretamente associado à questão de gênero.

Por outro lado, ao se analisar o rendimento das famílias homossexuais, observa-se que, na média, os casais homoafetivos possuem rendimentos mais elevados que os casais heterossexuais. Esse resultado também

foi verificado no estudo realizado por Suliano *et al.* (2016) a partir dos dados do Censo de 2010.

A Tabela 3 apresenta a estrutura familiar, considerando a presença ou não de filhos menores de 14 anos no domicílio. Assim, foi possível observar que 75,91% das famílias heterossexuais possuem filhos, enquanto 71,39% das famílias homossexuais não possuem filhos vivendo em seus domicílios. Dentre os 2.216 indivíduos que compõem famílias homoafetivas, apenas 634 possuem filhos.

Conforme discutido por Martell e Roncolato (2016), a presença de filhos ou enteados menores de 14 anos no domicílio é capaz de afetar consideravelmente a oferta de mão de obra dos casais, tendo em vista a dependência em relação a seus pais e responsáveis para atividades cotidianas, seja alimentação, ensino escolar etc.

Em concordância, Talaya (2000) demonstrou que quanto mais novas forem as crianças no domicílio, menor seria a oferta de trabalho dos pais. Ademais, Black *et al.* (2007) apontam o fato de que os custos envolvendo crianças são mais elevados para famílias homoafetivas em comparação com as famílias heterossexuais, sendo observado pelos autores tanto o processo de adoção e até mesmo os custos não monetários associados ao tempo e determinados esforços que as famílias heterossexuais muitas vezes não são submetidas.

## 4.2 Resultados econométricos

Nesta subseção, por meio da Tabela 4, são apresentados os resultados econôméticos encontrados a partir da estimativa do modelo SUR. Para melhor apresentação, optou-se por apresentar

*Tabela 3.* Estrutura familiar dos casais homossexuais e heterossexuais considerando a presença de filhos

PRESENÇA OU NÃO DE FILHOS	CASAIS HETEROSSEXUAIS		CASAIS HOMOSSEXUAIS	
	OBSERVAÇÕES	PORCENTAGEM	OBSERVAÇÕES	PORCENTAGEM
Possui filhos	482.732	75,91%	634	28,61%
Não possui filhos	153.214	24,09%	1582	71,39%
<b>TOTAL</b>	<b>635.946</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.216</b>	<b>100,00%</b>

*Fonte:* Elaboração própria

conjuntamente os resultados obtidos a partir da alocação de horas de trabalho para famílias heterossexuais e homossexuais. Nesse sentido, foram estimadas conjuntamente duas regressões, referentes a horas de trabalho ofertadas pelo(a) chefe do domicílio e seu(sua) cônjuge.

Com o intuito de melhor adequar o modelo estimado, realizou-se um teste para diagnosticar a colinearidade existente entre as variáveis utilizadas. Segundo Belsley *et al.* (1980), o resultado de correlação em uma matriz acima de 30 é considerado como um problema de colinearidade entre os parâmetros da estimação. Isto posto, após a realização do teste, o valor de interação encontrado na equação referente às famílias heterossexuais foi de 15,38; e para as famílias homoafetivas essa interação foi de 13,75, indicando níveis de colinearidade adequados para a estimação. No caso das famílias heterossexuais, foi possível verificar que a maioria dos coeficientes estimados foi estatisticamente significativo a pelo menos 10%, sendo que a maior parte dos sinais estimados para os coeficientes corrobora com a literatura relacionada ao tema.

Conforme apresentado na literatura, os fatores distributivos são ferramentas essenciais na tomada de decisão intradomiciliar quando se trata da melhor alocação de horas destinadas ao mercado de trabalho. Estes fatores distributivos afetam diretamente o poder de barganha que os indivíduos possuem dentro do processo decisório. Nesse caso, apresenta-se os resultados dos dois fatores distributivos utilizados na

análise, o diferencial de escolaridade e o diferencial de idade entre os cônjuges, ambos estatisticamente significativos.

Inicialmente, verifica-se que a diferença entre os anos de estudo do chefe do domicílio e seu cônjuge apresentou coeficiente negativo. Este resultado corrobora com o conceito de poder de barganha, evidenciando a utilização desse fator como decisivo para a alocação de menos horas de trabalho por parte dos cônjuges. Gonçalves e Menezes Filho (2015) apontaram que essa diferença no nível de escolaridade entre os cônjuges é capaz de afetar as horas de trabalho ofertadas para ambos, considerando-se que quanto mais elevado o diferencial de escolaridade entre o chefe de domicílio e seu cônjuge, maior será o poder de barganha do primeiro e menor horas ofertadas. Dessa forma, os resultados encontrados comprovam a existência de poder de barganha, uma vez que o diferencial nos anos de estudo entre os cônjuges de um mesmo domicílio impacta na oferta de horas no mercado de trabalho.

Na continuação, o segundo fator distributivo da análise, a diferença entre a idade do chefe do domicílio e seu(sua) respectivo(a) cônjuge, apresentou coeficiente estimado positivo e relativamente diminuto nas duas estimações. Com estes resultados, observa-se que o aumento de um ano de diferença entre os cônjuges corresponde a uma elevação de aproximadamente 0,48 hora por mês de trabalho do chefe de domicílio e aumento de 0,26 hora mensal de trabalho do cônjuge.

Chiappori *et al.* (2002) expõem que para os fatores distributivos, quando se trata do diferencial de idade entre o chefe

**Tabela 4.** Resultados da estimativa do modelo de Regressões Aparentemente Não Relacionadas (SUR) para as famílias heterossexuais e homossexuais

<b>VARIÁVEIS</b>	<b>COEFICIENTES</b>		<b>NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA P&gt; t </b>	
	<b>CHEFE DO DOMÍCILIO (CASAL HETEROSSEXUAL)</b>		<b>CHEFE DO DOMÍCILIO (CASAL HOMOSSEXUAL)</b>	
Log Rendimento chefe	0,2626	0,006	-1,783	0,129
Log Rendimento chefe	1,4781	0	3,2733	0,004
Log Rendimento de outras fontes	-17,77	0	-24,9588	0
Diferença Escolaridade	-21,0772	0	-31,8892	0
Diferença Idade	0,4736	0	0,4377	0,586
Cor	2,3404	0,006	19,1181	0,031
Filhos	-24,3255	0	-15,525	0,218
Nordeste	-5,5893	0	-241,350	0,116
Norte	-6,1295	0	2,4182	0,923
Sul	1,1528	0,251	-3,435	0,824
Centro-Oeste	-1,1881	0,391	29,2699	0,162
Constante	288,3718	0	378,3202	0
<b>VARIÁVEIS</b>	<b>CÔNJUGE DO DOMÍCILIO (CASAL HETEROSSEXUAL)</b>		<b>CÔNJUGE DO DOMÍCILIO (CASAL HOMOSSEXUAL)</b>	
Log Rendimento chefe	0,295	0,002	-2,0568	0,081
Log Rendimento chefe	1,4465	0	2,9342	0,019
Log Rendimento de outras fontes	-17,6323	0	-24,4455	0
Diferença Escolaridade	-21,8125	0	-32,6237	0
Diferença Idade	0,2604	0,002	0,1935	0,793
Cor	2,6457	0,002	21,1316	0,019
Filhos	-26,4029	0	-14,0406	0,262
Nordeste	-6,3543	0	-26,174	0,104
Norte	-6,0462	0	6,4056	0,807
Sul	1,5383	0,12	-7,5977	0,613
Centro-Oeste	-1,5725	0,252	29,6482	0,164
Constante	287,1792	0	381,608	0

**Fonte:** Elaboração própria

do domicílio e o cônjuge, há impacto positivo das horas ofertadas pelo chefe, implicando que para diferenças elevadas de idade, mais horas são destinadas ao trabalho pelo chefe. Similarmente, Gruppi (2018) apontou que o diferencial de idade produz maior poder de barganha às esposas mais jovens, gerando mais oferta de trabalho por parte de seus maridos. Nesse caso, ainda que os coeficientes estimados sejam relativamente pequenos, a existência de um poder de barganha é novamente verificada, dado que a existência de diferença de idade entre os cônjuges é capaz de impactar no total de horas dispendidas de trabalho.

Com relação ao nível de renda, mediante a estimação realizada, as horas ofertadas no mercado de trabalho são relacionadas às suas três formas: a renda do próprio indivíduo, a renda de seu cônjuge e a renda que é obtida através de outras fontes, como pensões, algum tipo de assistência que a família recebe, entre outras.

Considerando-se que tais variáveis foram estatisticamente significativas, parte-se para a análise dos seus coeficientes e sinais estimados. Tanto na estimação das horas ofertadas do chefe do domicílio quanto de seu cônjuge, o rendimento do chefe apresentou sinal positivo, implicando em uma relação positiva. Este resultado vai ao encontro da literatura, uma vez que quanto maior o rendimento mensal obtido, mais horas são destinadas ao trabalho. Por outro lado, no caso do cônjuge, o sinal encontrado difere daquele esperado. Nesse sentido, Suliano, Irffi e Veras (2014) concluem que independente do gênero, quanto maior o total de horas destinadas ao trabalho, mais elevados são os ganhos provenientes desse.

Na sequência, ao se analisar o rendimento mensal dos cônjuges, novamente encontra-se o mesmo sinal para os coeficientes estimados. Esse resultado é passível de interpretação similar ao analisado do ponto de vista do cônjuge, implicando em relação direta entre nível de rendimentos e oferta de horas de trabalho. Situação oposta é verificada quando se analisa as horas de trabalho ofertadas pelo chefe do domicílio, já que seu sinal esperado era negativo. Nesse caso, em concordância com os resultados obtidos por Silva e Cunha (2017), observa-se que o rendimento mensal dos cônjuges possui pouco efeito sobre sua oferta de horas de trabalho.

Examinando-se o coeficiente estimado para a variável relativa aos rendimentos obtidos através de outras fontes, além desse ser estatisticamente significativo, seu sinal negativo expressa a relação inversa com o total de horas ofertadas tanto do chefe de domicílio quanto do cônjuge. Este resultado sinaliza que os rendimentos obtidos do não trabalho influenciam diretamente a redução da oferta de mão de obra dos indivíduos. Conforme Browning e Chiappori, (1998), o rendimento não laboral pode ser considerado como o primeiro passo no processo de tomada de decisão intradomiciliar, já que levando-se em consideração a regra do compartilhamento, os casais dividem esse rendimento e a partir de então, barganham entre si para negociar a quantidade de horas a serem destinadas ao mercado de trabalho.

No que tange aos demais controles, a variável cor também foi estatisticamente significativa e apresentou sinal positivo para seu coeficiente tanto para chefes

como para cônjuges. Logo, indivíduos brancos e amarelos ofertam mais trabalho que pretos, pardos e indígenas, indo ao encontro do que foi verificado por Suliano, Irffi e Veras (2014). Por sua vez, para a *dummy* que indica se o casal possui ou não filhos menores de 14 anos vivendo no mesmo domicílio, coeficiente estimado negativo valida a hipótese de que a presença de filhos dependentes reduz as horas direcionadas ao mercado de trabalho, assim como constatado por Guiginski (2015).

Para as *dummies* referentes às regiões brasileiras, tendo o Sudeste como referência, nota-se que os sinal negativos estimados para os coeficientes relativos ao Norte e Nordeste indicam que residir nessas regiões impacta negativamente a oferta de horas no mercado de trabalho do chefe de domicílio e do cônjuge. Por sua vez, os coeficientes estimados para as regiões Sul e Centro-Oeste não foram estatisticamente significativos na análise das famílias heterossexuais.

Diferentemente do que foi constatado para o caso das famílias heterossexuais, nos resultados obtidos na estimação para as famílias homossexuais, a maioria dos coeficientes estimados não foram significativos estatisticamente. Para a análise das variáveis referentes aos fatores distributivos, salienta-se que somente a diferença entre os anos de escolaridade do(a) chefe de domicílio e seu(sua) cônjuge apresentou-se estatisticamente significativa. Assim, a menor diferença em termos de anos de escolaridade entre os cônjuges se relaciona diretamente com a elevação das horas que esses casais dispõem para o mercado de trabalho. Nesse aspecto, Black *et al.* (2007)

observaram que casais homoafetivos apresentam tendência de possuir níveis de escolaridade similarmente mais elevados em comparação aos casais heterossexuais. Os autores afirmam que este fator é capaz de explicar o fato de que entre os casais homossexuais, geralmente, ambos estão inseridos no mercado de trabalho.

Com relação às variáveis relativas ao nível de renda, somente o coeficiente estimado para o rendimento mensal do chefe de domicílio não foi significativo para as horas ofertadas pelo chefe. Para as demais variáveis, seus coeficientes demonstraram sinais esperados, além de serem estatisticamente significativos.

Na estimação da oferta de horas para o chefe do domicílio, o sinal negativo encontrado na variável referente à renda obtida do não trabalho está de acordo com a literatura. Nesse sentido, este rendimento é considerado como um fator capaz de influenciar o processo de alocação intradomiciliar, pois o aumento no rendimento individual proveniente de outras fontes gera redução no estímulo à oferta de horas dedicadas ao mercado de trabalho (Browning; Chiappori, 1998).

Já na estimação referente ao cônjuge, os resultados de todas as variáveis relativas ao nível de rendimentos estão de acordo com o que a literatura concernente determina. Assim, observa-se que o rendimento mensal do chefe de domicílio apresenta sinal negativo, apontando que quanto maior o rendimento mensal obtido pelo chefe de domicílio, menos horas são ofertadas pelo cônjuge. O sinal encontrado é similar ao esperado, similarmente ao que acontece com o rendimento mensal do próprio cônjuge, que apresenta sinal positivo.

Ademais, Gruppi (2018) concluiu que chefes e cônjuges pertencentes ao mesmo grupo familiar não devem apresentar sinais idênticos quando se trata dos coeficientes estimados para seus rendimentos individuais. Essa constatação baseia-se na teoria desenvolvida por Chiappori *et al.* (2002), na qual os autores apontam que a alocação do tempo destinado à oferta de mão de obra advém de uma decisão coletiva entre os cônjuges. Para tanto, o equilíbrio a ser encontrado representa que quanto mais elevada a carga de trabalho do chefe de domicílio, menor tende a ser a de seu cônjuge. Nesse sentido, a variável que representa os rendimentos obtidos de outras fontes também possui relação inversa com a oferta de trabalho dos indivíduos que compõem as famílias homossexuais, ao passo que quanto maior for a renda proveniente do não trabalho, menos horas são alocadas no mercado de trabalho.

Por sua vez, quanto aos demais controles, a variável relativa à cor dos indivíduos foi estatisticamente significativa, resultado similar àquele encontrado no caso das famílias heterossexuais. Adicionalmente, as *dummies* regionais e as que atestam se as famílias possuem filhos menores de 14 anos nos domicílios não foram estatisticamente significativas.

## 6. Considerações finais

Analizando-se a dinâmica das relações entre casais heterossexuais e homossexuais brasileiros, observa-se a existência de distintas tomadas de decisões intradomiciliares no que diz respeito às horas ofertadas no mercado de trabalho. Cada indivíduo procura

maximizar seu bem-estar, levando em consideração também o bem-estar do respectivo cônjuge. Contudo, esse acordo é baseado em um processo decisório, que leva em consideração diversas características dos cônjuges.

Isto posto, o presente estudo teve como finalidade investigar o poder de barganha existente entre os cônjuges capaz de influenciar a alocação de horas destinadas ao mercado de trabalho formal. Para tal, utilizou-se o modelo de Regressões Aparentemente Não Relacionadas (SUR), que estimou simultaneamente uma regressão para o chefe de domicílio e outra para seu respectivo cônjuge. Ademais, a análise dos resultados considerou casais heterossexuais e homossexuais.

Os principais resultados obtidos foram aqueles relacionados aos fatores distributivos das famílias, isto é, os diferenciais de idade e de anos de escolaridade entre os cônjuges. Tais fatores são caracterizados como o poder de barganha dos indivíduos, assumindo que tais diferenciais são capazes de influenciar na tomada de decisão dos cônjuges.

Em primeiro lugar, analisando-se o diferencial de escolaridade, tanto para as famílias heterossexuais quanto para as famílias homossexuais, os resultados obtidos indicam que a diferença entre os anos de estudo do chefe do domicílio em relação ao seu cônjuge impacta de forma negativa as horas ofertadas de trabalho de ambos os cônjuges. Tal relação é tida como poder que os casais possuem de negociar entre si, implicando no fato de que quanto maior a diferença de anos de estudos que cada indivíduo possui em relação ao seu cônjuge, menos horas são dedicadas ao mercado de trabalho.

No que tange ao segundo fator distributivo, o diferencial de idade, que consiste na diferença de idade entre o chefe do domicílio e seu respectivo cônjuge, foi possível constatar para ambas as famílias o efeito positivo dessa variável. Este resultado sugere que quanto mais velho o indivíduo, maior será seu poder de barganha em relação ao seu cônjuge e, consequentemente, mais horas são destinadas ao mercado de trabalho. Nesse caso, considerando-se as famílias heterossexuais, verifica-se que o marido mais velho ofertará mais horas de trabalho em relação a sua esposa mais jovem.

Com relação aos demais controles, foi possível observar que o rendimento salarial dos indivíduos é diretamente proporcional às horas que os indivíduos dedicam ao mercado de trabalho, mas quando se analisa a relação dos rendimentos salariais entre os cônjuges, são observados sinais estimados positivo e negativo para os coeficientes relativos ao rendimento salarial das famílias heterossexuais e homossexuais, respectivamente.

Acredita-se que a relação positiva no caso dos casais heterossexuais seja proveniente das desigualdades existentes nas atribuições domiciliares entre maridos e esposas. Nesse sentido, ainda que as mulheres estejam cada vez mais inseridas no mercado de trabalho, é notório que a cultura de que elas são responsáveis pelos

afazeres domésticos e os maridos por trabalhar no mercado de trabalho formal e garantir o sustento da família ainda é bastante enraizada na sociedade. Por outro lado, a relação negativa que esses mesmos coeficientes apresentaram no caso das famílias homossexuais pode ser explicado a partir da maior igualdade na divisão de tarefas dentro dos domicílios.

A partir dos resultados obtidos, foi possível atestar que o poder de barganha identificado por meio dos fatores distributivos é capaz de impactar as horas destinadas ao mercado de trabalho pelos cônjuges. Entretanto, observou-se que os casais heterossexuais e homossexuais barganham de forma distinta entre si.

Ademais, uma limitação existente no trabalho se refere a possível existência de variáveis omitidas na estimativa, que poderia ser controlada pela inclusão de efeitos fixos dos indivíduos. No entanto, não foi possível essa inserção, dado o elevado número de parâmetros a serem estimados.

Por fim, diante da desigualdade ainda existente na sociedade envolvendo principalmente gênero e orientação sexual, seria primordial a formulação e implementação de políticas públicas, particularmente em forma de conscientização, educação e leis, que sejam capazes de diminuir tal discrepância, fundamentando a criação de uma sociedade cada vez mais justa e inclusiva.



## Referências

Barbosa, A. L. N. de H.; Vital, C. L. de C.; Russo, F. M., & Costa, J. S. (2020). *Rendimentos e jornada de trabalho remunerado e não remunerado no Brasil: uma análise por orientação sexual*. Mercado de trabalho, conjuntura e análise. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9992/1/bmt\\_68\\_Rendimentos\\_jornada.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9992/1/bmt_68_Rendimentos_jornada.pdf)

Becker, G. S. (1981). *A treatise on the family*. Cambridge (MA): Harvard University Press.

Belsley, D., Kuh, E., & Welsch, R. (1980). *Regression Diagnostics: Identifying Influential Data and Sources of Collinearity*. Wiley, New York. <http://dx.doi.org/10.1002/0471725153>

Black, D. A., Sanders, S. G., & Taylor, L. J. (2007). The Economics of Lesbian and Gay Families. *Journal of Economic Perspectives*, 21(2), p. 53–70. <http://dx.doi.org/10.1257/jep.21.2.53>

Botelho, M. M. (2016). A eficiência e o efeito Kaldor-Hicks: a questão da compensação social. *Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável*, 2(1), p. 27-45. <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0057/2016.v2i1.1595>

BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_07.05.2015/art\\_226.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2015/art_226.asp)

Browning, M., & Chiappori, P. A. (1998). Efficient intra-household allocations: A general characterization and empirical tests. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, 66(6), p. 1241-1278. <https://doi.org/10.2307/2999616>

Cecílio, M. S., Scorsolini-Comin, F, & Santos, M. A. (2013). Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. *Estudos de Psicologia* (Natal), 18(3), p. 507-516. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2013000300011>

Chiappori, P. A. (1988). Rational household labor supply. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, 56(1), p.63-90. <https://doi.org/10.2307/1911842>

Chiappori, P. A., Fortin, B., & Lacroix, G. (2002). Marriage market, divorce legislation, and household labor supply. *Journal of Political Economy*, 110(1), p. 37-72. <https://doi.org/10.1086/324385>

Coile, C. C. (2004). *Health shocks and couples' labor supply decisions*. National Bureau of Economic Research. [https://www.nber.org/system/files/working\\_papers/w10810/w10810.pdf](https://www.nber.org/system/files/working_papers/w10810/w10810.pdf)

Duarte, P. C., Lamounier, W. M., & Takamatsu, R. T. (2007). *Modelos econométricos para dados em painel: aspectos teóricos e exemplos de aplicação à pesquisa em contabilidade e finanças*. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. p. 1-15. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/176819/mod\\_resource/content/1/Artigo%20-%20Modelos%20em%20Painel.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/176819/mod_resource/content/1/Artigo%20-%20Modelos%20em%20Painel.pdf)

Fernandes, M. M., & ScorzaFave, L. G. (2009). Estimação da oferta de trabalho com modelos de racionalidade coletiva: Uma aplicação para o Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 39(2). [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5112/1/PPE\\_v39\\_n02\\_Estimacao.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5112/1/PPE_v39_n02_Estimacao.pdf).

Gonçalves, S. L., & Menezes Filho, N. A. (2015). *O salário-mínimo e a oferta de trabalho das famílias pobres: Uma abordagem coletiva com os dados da PNAD Contínua (2012-2015)*. (No. 2015\_40). University of São Paulo (FEA-USP). [http://www.repec.eae.fea.usp.br/documentos/Goncalves\\_MenezesFilho\\_40WP.pdf](http://www.repec.eae.fea.usp.br/documentos/Goncalves_MenezesFilho_40WP.pdf)

Gruppi, M. G. (2018). *Uma análise coletiva da oferta de trabalho de casais de mesmo sexo e casais de sexo oposto brasileiros*. 97 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Defesa: Curitiba. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/56421?show=full>

Guiginski, J. T. (2015). *Mercado de Trabalho e Relações de Gênero: Associação entre a Presença de Filhos e as Condições de Acesso ao Trabalho das Mulheres*. 97 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, CEDEPLAR, Programa de Pós-Graduação em Demografia. [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FACE-A-FSJEZ/1/disserta\\_o\\_vers\\_o\\_final.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FACE-A-FSJEZ/1/disserta_o_vers_o_final.pdf)

Hansen, M. E., Martell, M. E., & Roncolato, L. (2019). A labor of love: The impact of same-sex marriage on labor supply. *Review of Economics of the Household*, 18, p. 1-19. <https://doi.org/10.1007/s11150-019-09454-1>

IBGE. Estatísticas do Registro Civil 2018. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/20189-registro-civil.html>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Jacinto, O. P., Frio, G., Uhr, D., & Uhr, J. Z. (2017). Offer of work and sexual orientation: evidence of Brazil. *The Empirical Economics Letters*, 16(7), p. 663-667.

Maciel, M. C. (2008). *A divisão do trabalho doméstico e a oferta de trabalho dos casais no Brasil*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3719>

Madalozzo, R., Martins, S. R., & Shiratori, L. (2010). Participação no mercado de trabalho doméstico: Homens e mulheres têm condições iguais? *Revista Estudos Feministas*, 18(2), p. 547-566. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200015>

Manser, M., & Brown, M. (1980). Marriage and household decision-making: A bargaining analysis. *International Economic Review*, 31(1), p. 31-44. <https://doi.org/10.2307/2526238>

Martell, M. E., & Roncolato, L. (2016). The homosexual lifestyle: time use in same-sex households. *Journal of Demographic Economics*, 82(4), p. 365-398. <https://doi.org/10.1017/dem.2016.14>

Melo, F. L. B. de. (2007). Casais na grande São Paulo: investigando a diversidade. *Nova economia*, 17(2), p. 207-240. <https://doi.org/10.1590/S0103-63512007000200001>

Mize, T. D. (2016). Sex orientation in the labor market. *American Sociological Review*, 81(6), p. 1132-1160. <https://doi.org/10.1177/0003122416674025>

Oliveira, J. P. C., Monteiro, V. B., & Irffi, G. (2019). Existe diferença salarial em função da orientação sexual? Análise para o mercado de trabalho cearense. *Revista Gênero*, 20(1), p. 119-134. [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/61060/1/2019\\_art\\_jpcoliveira.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/61060/1/2019_art_jpcoliveira.pdf)

Oreffice, S. (2011). Sexual orientation and household decision making.: Same-sex couples' balance of power and labor supply choices. *Labour Economics*, 18(2), p. 145-158. <https://doi.org/10.1016/j.labeco.2010.09.003>

Silva, C. da., & Cunha, M. S. da. (2017). *Oferta de trabalho de casais nas grandes regiões metropolitanas brasileira de 2002 a 2015: Evolução e determinantes*. [https://www.anpec.org.br/sul/2017/submissao/files\\_I/i6-4941cbb43450b9596c0ca9cfb0c00070.pdf](https://www.anpec.org.br/sul/2017/submissao/files_I/i6-4941cbb43450b9596c0ca9cfb0c00070.pdf)

Suliano, D., Irffi, G., & Veras, M. (2014) *Diferenciais salariais entre casais heterossexuais e homossexuais no mercado de trabalho cearense*. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Textos para Discussão, nº 105. [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD\\_105.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_105.pdf)

Suliano, D., Irffi, G., Corrêa, M. V., Cavalcante, A., & Oliveira, J. (2016). Orientação Sexual e Diferencial de Salários no Mercado de Trabalho Brasileiro. *Economia Aplicada*, 20(3), p. 195. <https://doi.org/10.11606/1413-8050/ea123974>

Talaya, B. Z. (2000). *La participación laboral de la mujer y los bienes públicos en el marco de los modelos colectivos del hogar*. Tesis Doctoral. Universidad Carlos III de Ma-

drid. Departamento de Economía. Getafe.  
<https://portalcientifico.uned.es/documents/63930b9e7a05941066fa7950>

Vermeulen, F. (2002). Collective household models: principles and main results. *Journal of Economic Surveys*, 16(4), p. 533-564. <https://doi.org/10.1111/1467-6419.00177>

Wooldridge, J. M. (2001). *Econometric analysis of cross section and panel data*. Cambridge (MA); London (UK): The MIT Express.

Wroblevski, B., & Cunha, M. S. da. (2021). Duração do Desemprego e Crise Econômica: Uma Análise sob Riscos Competitivos para o Brasil no Período de 2012 até 2019. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 15(3), p. 489-511. <https://doi.org/10.54766/rberu.v15i3.742>

Recebido em 08/05/2024\*. Aprovado em 22/05/2025.



Licença CC BY-NC 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.